

EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA E DA POBREZA DAS FAMÍLIAS OCUPADAS E RESIDENTES NO MEIO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, DE 1981 A 2003

Prof. Dr. Luiz Eduardo de Vasconcelos Rocha*
Patrícia de Melo Abrita Bastos**
Gilnei Costa Santos***

O presente artigo discute a evolução da distribuição da renda e pobreza das famílias rurais de Minas Gerais diante da nova conformação do espaço rural a partir da década de oitenta, onde observa-se a interseção cada vez menor entre o meio rural e o setor agrícola. Isso ocorre, segundo Graziano da Silva, com a modernização da agricultura, onde as atividades do setor não mais demandam dedicação exclusiva, propiciando o processo de “mercantilização do tempo livre”, que atua modificando o perfil ocupacional destas famílias e por conseguinte a renda das mesmas. Neste contexto, a pesquisa, ao descrever a nova conformação do espaço rural mineiro, em termos de ocupação e renda, pretende contribuir com a implementação de políticas públicas que contemplem as especificidades regionais concernentes ao novo rural. A base de dados utilizada é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), nas quais foram realizadas adaptações metodológicas para que haja comparabilidade entre os anos que a pesquisa abarca. Isto posto, realizou-se a decomposição das famílias segundo o ramo de atividade (agrícola, pluriativa e não-agrícola) e condição na ocupação (empregadora, conta-própria, assalariado) constituindo-se nove grupos de análise. Para analisar a distribuição de renda utilizou-se duas medidas: relação da renda média dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres e o índice de Gini. Quanto a análise da pobreza, utilizou-se a família dos índices parametrizados FGT. Os resultados obtidos demonstram que as atividades não-agrícolas apresentam-se como uma alternativa efetiva de ocupação para as famílias rurais, principalmente devido ao fato da perda de importância do setor agrícola quanto à geração de empregos. Outrossim, as famílias que mesclaram as atividades agrícolas e não-agrícolas foram responsáveis pelos melhores rendimentos médios, concedendo à pluriatividade lugar de destaque neste novo rural. Contudo essas atividades ainda não foram capazes de diminuir o quadro negativo da concentração de renda, demonstrado pelo índice de Gini. Quanto a pobreza, observou-se que o número de famílias pobres na zona rural de Minas Gerais diminuiu no período analisado (2003/1981), principalmente as de empregados.

Palavras-chave: rural mineiro, desigualdade, pobreza

* professor doutor adjunto do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal

** graduanda do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de São João del Rei

*** graduando do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de São João del Rei

1. Introdução

A desigualdade de renda no Brasil pode ser considerada, dependendo da medida empregada, entre as maiores do mundo, o que justifica a existência de uma vasta literatura sobre o tema, onde podemos destacar os seguintes trabalhos: Amadeo *et alii* (1994), Barros, Mendonça e Rocha (1993), Barros, Mendonça e Duarte (1995), Hoffman (1989) e Henriques (2000). Recentemente, o tema da pobreza rural tem sido também amplamente abordado, devido às transformações que estão ocorrendo na área rural tendo em vista a sua magnitude e as suas características distintas da pobreza urbana.

Entre as causas das transformações em curso no meio rural brasileiro, destaca-se a modernização agrícola, que, ao substituir mão de obra pela mecanização, promove o processo de mercantilização do tempo livre, onde as famílias rurais procuram alternativas para complementar sua renda. Na medida em que as atividades agrícolas não mais demandam tempo integral, as atividades de uso doméstico, como a fabricação de doces caseiros, artesanato, cultivo de flores, entre outras, são transformadas em fonte de renda, alterando o perfil ocupacional destas famílias e deste modo viabilizando a permanência no campo.

Além da modernização, a agricultura brasileira passou, na década de 90, por transformações estruturais importantes, tais como: redução de incentivos do governo, abertura comercial, sobrevalorização do câmbio, queda do preço dos produtos agrícola, que impactaram de forma negativa para a agricultura, diminuindo sua importância quanto à geração de empregos. De acordo com Graziano e Del Grossi (2001), em 1998 o total das rendas não-agrícolas do Brasil ultrapassou o montante das rendas agrícolas recebida pelos moradores rurais. Isso demonstra que, na transição do século passado para o atual, as atividades agropecuárias já não respondem pela maior parte da renda da nossa população rural.

Dentro deste contexto, e dadas as especificidades regionais da economia brasileira, onde o processo de modernização agrícola se dá de forma heterogênea, o presente estudo tem como objetivo, a partir das transformações do meio rural mineiro, analisar a evolução da distribuição da renda e da pobreza das famílias ocupadas e residentes no meio rural do estado, no período de 1981 a 2003, segundo o ramo de atividade. O estudo encontra-se organizado em cinco seções. Na primeira seção introduz-se o tema e objetivos da pesquisa. Na segunda é apresentada a metodologia, caracterizando as mudanças metodológicas das PNADs nas variáveis utilizadas e as medidas de desigualdade e pobreza abordadas. Na terceira seção discute-se os principais resultados, iniciando-se a análise pelas ocupações, passando para a renda média destas, depois inferi-se sobre a desigualdade e pobreza, utilizando-se os índices de Gini e de Foster, Greer e Thorbecke, respectivamente. Ainda na seção 3, é realizado uma comparação dos rendimentos médios de cada subgrupo com a medida de extensão da pobreza, a qual permite inferir sobre a concentração de renda. Na quarta seção, realiza-se uma consideração sobre os principais resultados das famílias rurais de Minas. Na última, encontra-se as referências bibliográficas.

2. METODOLOGIA

2.1. Definição das variáveis de análise

Tendo em vista o relevante período que a pesquisa abarca (1981 a 2003) foi necessário adaptar a metodologia adotada pela PNAD para garantir comparabilidade entre os anos apresentados. De acordo com Rocha e Santos (2005) a partir de 1992, o IBGE passa a adotar nova metodologia concernente ao conceito de trabalho. Para as PNADs anteriores a esse período, considerava-se ocupada a pessoa de 10 anos e mais que realizou alguma atividade não remunerada por pelo menos 15 horas na semana de referência. A nova metodologia considera como ocupada todas as pessoas de 10 anos e mais que exerceram alguma atividade não remunerada por pelo menos 1 hora na semana de referência. Diante dessas mudanças, optou-se pelo conceito de PEA usual ou restrita adotada pelo PROJETO RURBANO¹, o qual não inclui as pessoas sem rendimentos que trabalham menos de 15 horas na semana, nem as que se dedicam exclusivamente ao autoconsumo e/ou a auto-construção.

Além da referida adaptação, fez-se necessário redefinir o conceito de família. Nas PNADs, o conceito família comporta: a pessoa de referência, cônjuge, filhos, outros parentes, pensionistas,

¹ Projeto de Pesquisa Temático "Caracterização do novo rural Brasileiro"- denominado sinteticamente de Projeto Rurbano - que visa basicamente a reconstruir séries históricas a partir dos microdados das PNADs para o período de 1981/95, relativos à população ocupada, emprego e renda. É coordenado pelos professores José Graziano da Silva e Rodolfo Hoffmann do Instituto de Economia da Unicamp.

empregadas domésticas, parente da empregada doméstica e agregado. Na presente pesquisa, defini-se família os membros a seguir: pessoa de referência, cônjuge, filhos, outros parentes, objetivando o estudo das famílias no sentido mais restrito. Ou seja, a renda dos pensionistas, da empregada doméstica, e demais membros não considerados, não faz parte da renda da família em si, pelo contrário, constitui despesa da mesma. É interessante salientar que, ao contrário do Projeto Urbano, a presente pesquisa, não inclui os agregados na definição de famílias².

Neste contexto, organizou-se os dados da família de forma a identificar a posição na ocupação e o setor de atividade das mesmas, com o intuito de propiciar informações mais claras e objetivas.

Primeiro, dividiu-se as famílias segundo a posição na ocupação, quais sejam:

- **Família Empregadora:** Se um dos membros da família declarou ser empregador em sua atividade principal, a família foi classificada como empregadora independentemente da posição na ocupação dos demais membros, uma vez que a posição de empregador de um de seus membros constitui uma boa *proxi* da situação econômica da família.
- **Família Conta Própria:** A família foi classificada como de conta-própria se um dos membros declarou como tal no exercício de sua atividade principal, independente da posição na ocupação dos demais membros, caso não haja um empregador.
- **Família de Empregados:** Na falta de um membro empregador e um conta-própria, a família foi classificada como tal, se possuir membros que atendam a PEA usual restrita adotada na presente pesquisa.

Segundo, as famílias foram divididas segundo o ramo de atividade, quais sejam:

- **Famílias agrícolas:** quando todos os membros declararam exercerem atividades agropecuárias como trabalho principal na semana de referência.
- **Famílias não-agrícolas:** quando todos os seus membros declararam exercerem atividades no setor não-agrícola como trabalho principal na semana de referência.
- **Famílias pluriativas:** quando pelo menos um membro exerceu ocupação agrícola e outro uma não-agrícola.

2.2. Medidas de desigualdade

Para analisar a distribuição de renda utilizou-se duas medidas. A primeira trata-se de uma medida de interpretação mais simples representada pela relação da renda média dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres. Essa medida é bastante utilizada nos estudos de desigualdade apesar de não obedecer à condição de Pigou-Dalton³

A segunda é uma das principais medidas de desigualdade, denominada de índice de Gini. Segundo Hoffmann (1998), uma de suas principais vantagens é a possibilidade de sua associação com a curva de Lorenz, que representa a desigualdade de uma distribuição. O índice varia de zero a um. Quando uma única pessoa apropria-se de toda renda, o índice assume valor unitário, representando a concentração máxima da renda em uma dada população. Quando a renda é perfeitamente distribuída entre a população, o índice assume valor zero. O índice de Gini pode ser representado pela seguinte fórmula:

$$Gini = \frac{1}{2n^2 \bar{y}} \sum_{i=1}^n \sum_{j=1}^n [y_i - y_j] \quad (1)$$

em que n é o número de indivíduos na amostra, y_i é a renda para o indivíduo i , $i \in (1, 2, 3, \dots, n)$, e

$\bar{y} = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n y_i$, é a média aritmética da renda.

2.3. Medidas de pobreza

² Outra diferença é que o Projeto Urbano utiliza o registro de domicílios dos microdados da PNAD, ao contrário do presente estudo que utiliza o registro de pessoas.

³ Essa condição estabelece que o valor de uma medida de desigualdade deve aumentar quando for feita uma transferência regressiva de renda.

Um novo marco no desenvolvimento das medidas de pobreza é o trabalho de Foster, Greer e Thorbecke (1984), que apresenta três etapas para o cálculo dessas medidas: a primeira etapa consiste em fixar o valor monetário das linhas de pobreza (z_p). A determinação da linha de pobreza em estudos que utilizam a variável renda pode se dar de duas maneiras. Na primeira, utiliza-se o salário mínimo como referência para fixar a linha de pobreza. Na segunda, a linha é determinada exogenamente em função do nível de consumo das famílias, através de pesquisas de orçamento familiar. No presente trabalho, utilizaremos o salário mínimo como referência.

Na segunda etapa deve-se, a partir da linha de pobreza, dividir os indivíduos em não pobres e pobres. E, como último passo, se agrega a distância dos pobres da linha de pobreza, de forma a se dar mais ou menos peso aos indivíduos relativamente mais pobres da população.

Os índices absolutos de pobreza de Foster, Greer e Thorbecke (FGT) podem ser calculados utilizando o grau de aversão à pobreza igual a 0, 1 e 2, respectivamente. A fórmula a seguir representa esse índices:

$$FGT^\alpha = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^q \left(\frac{z_p - y_i}{z_p} \right)^\alpha \quad (2)$$

em que n é o número de indivíduos na população; q é o número de indivíduos abaixo das linhas de pobreza (z_p); y_i é a renda do indivíduo i e, por fim, α é o grau de aversão à pobreza.

Se α for igual a zero o índice passa a representar apenas a extensão da pobreza, não captando a intensidade, como demonstra a equação a seguir;

$$FGT^0 = \frac{q}{n} \quad (3)$$

No caso de α igual a 1, o índice passa a incorporar à medida de extensão FGT^0 a intensidade da pobreza. O índice FGT^1 , apresentado a seguir, conhecido como hiato da pobreza, corresponde ao valor médio da distância das rendas dos pobres em relação à linha de pobreza.

$$FGT^1 = \frac{q}{n} \cdot \frac{\left(z_p - \bar{y}_p \right)}{z_p} \quad (4)$$

O índice FGT^1 não é capaz de considerar os efeitos na mudança da distribuição da renda entre os pobres. Para resolver esse problema basta assumir α igual a 2, ou seja, atribuir mais peso para os indivíduos com menor renda. O índice FGT^2 , descrito a seguir, corresponde à distância média quadrática dos pobres da linha de pobreza.

$$FGT^2 = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^q \left(\frac{z_p - \bar{y}_i}{z_p} \right)^2 \quad (5)$$

À medida que passamos de FGT^0 para FGT^2 , os índices passam a atribuir maior peso aos indivíduos mais pobres da população. No índice FGT^0 todos os indivíduos situados abaixo da linha de pobreza entram com pesos idênticos. Para os índices FGT^1 e FGT^2 os indivíduos são ponderados de forma proporcional à distância e ao quadrado da distância de suas rendas *per capita* em relação à linhas de pobreza.

Uma propriedade importante dos índices FGT^α é a possibilidade de decompô-los. No caso do presente trabalho, o índice de pobreza, calculado para a população ocupada e residente no meio rural do Estado de Minas Gerais (N), poderá ser decomposto para os (k) grupos, segundo o ramo de atividade e condição de ocupação. Retomando a simbologia utilizada nas equações acima, vamos indicar a renda da i -ésima pessoa da r -ésimo grupo com y_{ir} , com $i = 1, \dots, n_r$ e $r = 1, \dots, k$.

A participação do r -ésimo grupo na população total pode ser representada da seguinte forma:

$$\pi_r = \frac{n_r}{N} \quad (6)$$

Admitindo-se que a linha de pobreza (z) é a mesma para todos os grupos e que, dentro de cada grupo as rendas estão ordenadas de maneira que:

$$y_{r1} \leq y_{r2} \leq \dots \leq y_{rq} \leq z \leq \dots \leq y_{rn} \quad (7)$$

Sendo que rq é o número de pobres dentro do grupo r . A partir desses dados, pode-se calcular o índice para cada grupo:

$$FGT_r^\alpha = \frac{1}{n_r} \sum_{i=1}^{rq} \left(\frac{z - y_{ri}}{z} \right)^\alpha \quad (8)$$

Sendo assim, o índice para toda a população pode ser estimado pela seguinte equação:

$$FGT^\alpha = \frac{1}{N} \sum_{r=1}^k \sum_{i=1}^{rq} \left(\frac{z - y_{ri}}{z} \right)^\alpha \quad (9)$$

Das expressões (9) e (8) observa-se, facilmente, que o índice FGT^α para o Estado de Minas Gerais é igual à soma dos valores do produto do índice de cada grupo pela respectiva participação na população, representado pela seguinte equação:

$$FGT^\alpha = \sum_{r=1}^k \pi_r \cdot FGT_r^\alpha \quad (10)$$

A expressão acima demonstra que, fixada a distribuição da população rural do Estado em k grupos, alterações na renda das pessoas que causarem um aumento do índice FGT_r^α dentro de um ou mais grupos levarão a um aumento da medida de pobreza em toda a população rural do Estado.

2.4. Deflator da renda

Para comparação de valores monetários de diferentes períodos utilizou-se como deflator o INPC restrito (mesmo deflator adotado pelo IBGE nas divulgações da síntese de indicadores da PNAD). Optou-se pelo INPC por ser um índice de custo de vida com grande abrangência geográfica, ademais seu uso é comum, permitindo confrontar resultados. Com base neste índice foi calculado o número de salários mínimos correntes necessários para obter um valor real, para todos os períodos analisados, equivalente ao maior salário mínimo de agosto de 1980. A tabela atualizada para obter-se a equivalência de salários mínimos foi consultada em Rocha *et alii* (2005).

2.5. Fonte de dados

Os dados da pesquisa foram obtidos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra a Domicílio (PNAD). Na medida em que essa pesquisa não disponibiliza em seus resultados finais informações compatíveis com a divisão do setor rural proposta no presente trabalho, será necessário acessar os microdados da PNAD. Esse procedimento, além da complexidade em manipular uma ampla base de dados, necessitará da utilização de pacotes computacionais, no nosso caso o SPSS, para a obtenção dos dados agrupados da população compatíveis com a divisão proposta pela pesquisa. A linha de pobreza utilizadas no presente trabalho deverão ser 1salário mínimo, o maior vigente em agosto de 1980.

3. Resultados

3.1. Ocupações

Nesta seção é apresentado uma análise geral e depois outra subdivida segundo os ramos de atividade considerados (pluriativo, agrícola e não-agrícola), de forma a constatar o quanto cada setor absorve de mão de obra, bem como verificar flutuações nas ocupações derivadas do desenvolvimento tecnológico.

No total, conforme tabela 1 abaixo, podemos verificar um decréscimo no número de famílias ocupadas na área rural de Minas Gerais. Entre 1981 a 1992 a queda foi de -1,33%, entre 1992 a 2003 foi de -17,94%, e 1981 a 2003 totalizou -19,03%. É interessante observar que são as famílias de conta-própria agrícolas as maiores responsáveis pelo referido decréscimo, tal comportamento era de esperar, uma vez que estas famílias, caracterizadas pelo baixo uso de tecnologia, são as mais afetadas pelo processo de modernização agrícola.

Analisando as famílias com atividade principal no setor não-agrícola entre 1981 e 2003, podemos observar, conforme tab. 1, o seu aumento em todas as posições de ocupação. Nas famílias de empregadores, verifica-se um crescimento de 290,28% de 1981 a 2003. Para os mesmos anos, observou-se um aumento de 49,82% para as famílias de conta-própria e 44,98% para as de empregados. Tal crescimento, reforça o pensamento de que as atividades não-agrícolas vem ganhando espaço entre as atividades exercidas pelas famílias que residem no meio rural, independente da posição na ocupação. É interessante ressaltar que nas famílias de conta-própria, houve em 1992 um grande aumento do número destas, passando de 25.567 em 1981 para 76.352. Observa-se também que esta quantidade não se sustenta, decrescendo mais que a metade em 2001. Para as demais posições de ocupação, verifica-se também um salto no número de famílias com atividade principal no setor não-agrícola em 1992, entretanto, não tão expressivo. Este crescimento, pode ser explicado pelo processo de modernização da agricultura a partir de 1980, o qual não foi gradativo o suficiente para que os agricultores pudessem dotar suas lavouras com a tecnologia que oferecesse competitividade, dispersando seus investimentos para outros setores na década de 90.

Passando-se para a análise do setor agrícola, observa-se decréscimo considerável em todas as posições de ocupação: perfazendo -17,13% para famílias de empregadores, -34,84% para famílias de conta-própria e -31,82% para famílias de empregados, entre 1981 e 2003. Como esperado, esse decréscimo foi mais intenso para as famílias de empregados, uma vez que a contenção de empregados é, na maioria das vezes, a primeira medida adotada pelas empresas.

No que concerne às famílias pluriativas, verifica-se um crescimento relevante em todas as posições na ocupação, com destaque para as famílias de empregadores, cerca de 215,96% entre 1981 a 2003. Para os mesmos anos, as famílias de conta própria sofreram aumento em 12,55% e as de empregados 20,07%. Esses dados demonstram que a pluriatividade não se trata de um fenômeno transitório, constituindo estratégia para famílias superarem o desemprego rural.

Tabela 1. Famílias ocupadas no meio rural, segundo posição na ocupação, 1981 a 2003.

ANO	1981	1992	2001	2003
Empregadores	43.315	40.500	41.300	42.696
Agrícola	40.709	34.063	39.037	33.736
Pluriativo	1.629	2.492	1.131	5.147
Não-agrícola	977	3.945	1.132	3.813
Conta-Própria	355.048	390.448	275.082	276.893
Agrícola	279.023	250.455	197.932	181.800
Pluriativo	50.458	63.641	45.008	56.788
Não-agrícola	25.567	76.352	32.142	38.305
Empregados	425.658	382.053	390.829	347.588
Agrícola	340.409	251.353	272.120	232.100
Pluriativo	32.536	46.479	43.925	39.066
Não-agrícola	52.713	84.221	74.784	76.422
Total Geral	824.021	813.001	707.211	667.177

Fonte: Elaboração dos autores, a partir dos microdados das PNADs.

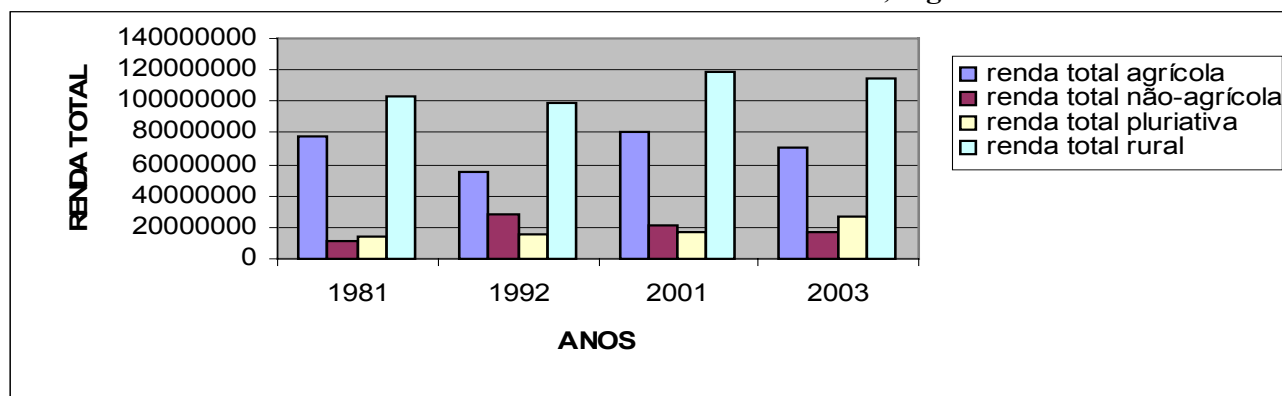
3.2. Rendas

Analisando o rendimento das famílias residentes no meio rural de Minas Gerais, verifica-se que o estado não segue o fenômeno em curso no Brasil, qual seja: rendas não-agrícolas superiores às rendas agrícolas⁴. Este fato pode ser explicado pela relevante extensão territorial de Minas Gerais, composto por

⁴ Vide Graziano e Grossi (2001).

mesorregiões heterogêneas, nas quais destaca-se o Vale do Jequitinhonha como mesorregião de baixo nível de desenvolvimento. Não obstante, percebe-se uma tendência de crescimento dos rendimentos não-agrícolas superior aos agrícolas, +47,40% e -9,16% respectivamente, indicando que Minas Gerais num futuro próximo, provavelmente, inverterá as grandezas (vide gráfico 1).

Gráfico1. Rendimento total das famílias rurais de Minas Gerais, segundo ramos de atividade



Fonte: Elaboração dos autores, a partir dos microdados das PNADs.

Outra explicação, é a precariedade das ocupações não-agrícolas. Considerando o fato da renda ser um parâmetro interessante para analisarmos o nível de especialização em uma ocupação, na medida que atividades de alto nível possuem melhor remuneração se comparado com as de baixo nível de qualificação e diante da constatação de que a maior renda média das famílias ocupadas no setor não-agrícola, excetuando os empregadores, não ultrapassam R\$218,35 em valores constantes de 2003, conforme tabela 2 abaixo, presumi-se que as ocupações não-agrícolas do rural mineiro são precárias. Para corroborar tal assertiva basta observar as tabelas 3, 4 e 5 disponíveis no apêndice, onde as principais ocupações não-agrícolas abarcam profissões de baixa remuneração, como emp. doméstica e pedreiro.

Tabela 2. Rendimento médio per capita das famílias mineiras, em valores correntes de 2003.

ANO	1981	1992	2001	2003
Empregadores	412,14	383,40	698,73	581,36
Agrícola	412,14	365,74	696,00	532,23
Pluriativo	387,57	357,55	846,11	988,04
Não-agrícola	363,01	564,99	706,91	469,46
Conta-Própria	128,28	120,09	144,66	174,68
Agrícola	109,18	95,53	117,36	147,39
Pluriativo	204,71	155,58	204,71	278,40
Não-agrícola	201,98	174,68	218,35	152,85
Empregados	92,80	87,34	131,01	120,09
Agrícola	87,34	73,69	111,91	109,18
Pluriativo	103,72	98,26	158,31	163,76
Não-agrícola	120,09	125,55	177,41	128,28
Total Geral	125,55	118,48	169,22	171,95

Fonte: Elaboração dos autores, a partir dos microdados das PNADs.

*para o cálculo do rendimento médio desta categoria foi retirado da amostra um outlier correspondente a observação da família 1545 que possui um único membro com rendimento de R\$5.658,00 em valor constante de 2003, caso contrário o rendimento médio seria de R\$1260,98.

Utilizando a mesma tipologia estabelecida na tabela 1, passa-se para a análise da renda média das famílias rurais (tabela 2). Malgrado, ao contrário da primeira análise, a segunda será organizada segundo a posição na ocupação na medida que o enfoque abordado será a renda média dessas famílias, a qual é

influenciada, principalmente, pela posição na ocupação. Neste sentido, segue-se uma análise do geral para o desagregado.

Considerando todas as famílias do meio rural mineiro, podemos constatar, entre 1981 a 2003, um aumento da renda média destas família de 36,96% passando de R\$125,55 para R\$171,25. Entre 1981 a 1992, o que se verifica é um decréscimo do rendimento médio, por volta de -5,63%. Em 2001, observa-se um relevante aumento em relação a 1992, cerca de 42,83%. O rendimento médio destas famílias continua aumentando, porém em proporções menores, 1,61% entre 2001 e 2003.

Como era esperado, a renda média das famílias de empregadores é a mais alta, com destaque para as famílias pluriativas a partir de 2001. Podemos observar que em 1981, não havia discrepância nas rendas dos empregadores entre os ramos de atividade considerados, conforme tabela 2. Não obstante, em 1992, notamos um aumento da renda média das famílias não-agrícola. Em 2001, são as famílias pluriativas as melhores remuneradas, permanecendo neste posto em 2003. Verifica-se que o crescimento da renda das famílias de empregadores pluriativos foi realmente relevante, cerca de 154,93% entre 1981 a 2003, reforçando o pensamento de que a família pluriativa é o ator privilegiado neste novo cenário.

Concernente às famílias de conta-própria, são também as famílias pluriativas que apresentam as melhores rendas em 2003. Cotejando os dados de 1981 e 2003, nota-se uma queda da renda das famílias de conta-própria não-agrícola, cerca de -24,32%, denotando baixo nível de qualificação, uma vez que, como constatado na tabela 1, as famílias desta categoria aumentaram, porém essas novas ocupações devem ser precárias.

No que diz respeito às famílias de empregados, em 2003 não há discrepância relevante, contudo as famílias pluriativas são também as que possuem melhores remunerações, apresentando renda média de R\$163,76.

3.3. Desigualdade

Utilizou-se na presente pesquisa, a renda familiar per capita das famílias, que é o resultado da divisão do rendimento familiar pelo número de pessoas da família. Apesar desta medida considerar os efeitos distributivos, ela não é isenta de restrições pois não leva em consideração a vulnerabilidade das famílias, as quais podemos citar a presença de crianças, idosos, pessoas com necessidades especiais, etc. Outra limitação, refere-se aos próprios dados. Segundo Hoffman (1998), muitas vezes acontece subdeclaração dos altos rendimento, pois algumas pessoas são receosas em dar informações temendo ser prejudicadas, sendo obrigadas a pagarem altos impostos entre outras coisas, fato este responsável por alguns vieses, como subestimação do nível de desigualdade. Apesar das referidas restrições que a variável renda impõe, o que se pretende é demonstrar a robustez dos dados nos anos considerados.

Tabela 3. Principais características das famílias situadas no meio rural

ANO	1981	1992	2001	2003
RENDA MÉDIA (R\$)	125,55	122,82	169,22	171,95
RENDA MEDIANA (R\$)	73,69	73,69	95,53	100,99
% RENDA RECEBIDA PELOS				
40% MAIS POBRES	13,75	12,53	10,50	10,70
50% MAIS POBRES	19,32	18,15	15,57	15,83
20% MAIS RICOS	55,35	56,14	60,18	60,24
10% MAIS RICOS	41,42	41,52	45,70	46,20
5% MAIS RICOS	31,24	30,30	35,39	35,70
1% MAIS RICOS	16,31	15,06	20,52	18,07
RELAÇÃO MÉDIA 10+/50-	11,65	12,17	14,70	14,47
ÍNDICE DE GINI	0,51	0,52	0,56	0,56

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos microdados das PNADs.

Constata-se, conforme tabela 3, para todas as famílias rurais de Minas Gerais, entre 1981 e 1992, decréscimo de -2,17% no rendimento médio, quanto ao rendimento mediano não houve alteração. Para esse mesmo período, observa-se também o aumento da concentração de renda em 1,96%, com o índice de

Gini passando de 0,51 para 0,52. A relação da remuneração média dos 10% mais ricos com os 50% mais pobres passou de 11,65 para 12,17.

Para o período de 1992 a 2003, há um aumento da renda média e mediana das famílias rurais, 40% e 37,04% respectivamente. Infelizmente, este aspecto positivo foi combinado com aumento da concentração de renda, onde a relação dos 10% mais ricos e 50% mais pobres passou de 12,17 para 14,70. E, o índice de Gini passou de 0,52 para 0,56. Esses dados demonstram que os principais beneficiados pelo aumento da renda média são as famílias em melhor situação econômica. Para melhor corroborar tal assertiva, basta observar a tabela 2, onde se verifica que foram as famílias de empregadores as responsáveis pela maior variação de renda média, cerca de 51,63% e as famílias de empregados a menor, 29,41%.

Uma das explicações para os resultados negativos da desigualdade de renda acima analisado, tem raízes históricas. A colonização de exploração brasileira, marcada por grandes latifundiários e o bloqueio do acesso às terras livres pelas massas de imigrantes e libertos contribuíram para o quadro que observamos hoje.

3.4. Pobreza

Nesta seção analisa-se a pobreza das famílias rurais de Minas Gerais, que se caracteriza como a insuficiência de recursos, das pessoas, para suprir suas necessidades básicas num contexto específico, manifestando-se por exemplo, através de condições habitacionais precárias (falta de saneamento básico), desnutrição, altas taxas de mortalidade, densidade de moradores por cômodo, insuficiência de renda, entre outras.

Como apresentado na seção 3, optou-se pela renda como variável para mensurar o grau de pobreza, considerando as restrições⁵ que a análise da pobreza com base na renda possui. Quanto ao índice de pobreza, utiliza-se o índice de Foster, Greer e Thorbecke (FGT), na medida que o mesmo pode ser desagregado em diversos subgrupos, e também porque o intento deste estudo é investigar o papel ou peso que diferentes grupos de famílias, determinados segundo a posição na ocupação e ramo de atividade, tem na explicação da pobreza na zona rural analisada.

A tabela A.1., em anexo, demonstra os índices parametrizados FGT^0 , FGT^1 e FGT^2 para as famílias rurais de Minas Gerais. A partir desta tabela, verifica-se que entre 1981 e 1992, a extensão de pobreza, FGT^0 , passou de 0,93 para 0,92, ou seja, no início do período 93% das famílias residentes em áreas rurais eram consideradas pobres, reduzindo em 1992 para 92%. Este quadro positivo é ressaltado em 2001, no qual, apenas 88,38% das famílias rurais são consideradas pobres, permanecendo no mesmo patamar em 2003.

A tabela A.2., em anexo, apresenta a composição da população total e a participação das nove categorias de ocupação nas medidas de pobreza. O índice FGT^0 , como foi demonstrado na metodologia, mede a extensão da pobreza, o FGT^1 a intensidade e o FGT^2 a desigualdade entre os pobres. A linha de pobreza adotada é um salário mínimo equivalente ao maior salário mínimo de agosto de 1980, deflacionado pelo INPC restrito do IBGE. A letra k, indica a proporção de famílias ocupadas segundo os ramos de atividade em cada grupo, por exemplo: o valor de k, 0,80 da tabela 3, no primeiro célula à esquerda, indica que dentre as famílias de empregados em 1981, 80% estavam ocupados no setor agrícola.

Entre 1981 a 1992, analisando as famílias de empregados, observa-se que a proporção de famílias com atividade principal na agricultura passou de 0,80 para 0,66, decrescendo em -17,5%. Malgrado, houve aumento em quase todas as medidas FGT^0 , FGT^1 e FGT^2 que passaram de 0,98; 0,70 e 0,53 para 0,98; 0,74 e 0,59. No outro extremo, as famílias não-agrícolas, quase dobraram sua proporção, passando

⁵ Segundo Angela Corrêa (2005) são duas, quais sejam: um mesmo nível de renda pode significar condições de vida distintas. Ou seja, em função por exemplo, das condições, da localização e custo de moradia, etc; o outro problema é a falta de um critério claro para estabelecer a linha de pobreza, fazendo com que a escolha dessa seja arbitrária. Entretanto, reconhecer que a definição de linhas de pobreza tem componentes arbitrários não inviabiliza a utilização de medidas de pobreza para comparar o grau de pobreza em diferentes períodos e regiões, desde que se comparem índices de pobreza calculados com a mesma linha.

de 0,12 para 0,22 e as medidas FGT^0 , FGT^1 e FGT^2 apresentaram uma pequena queda. Por último, o número de pluriativas também aumentou, passando de 0,08 para 0,12. A extensão, FGT^0 , neste período, passou de 0,99 para 0,97; a intensidade, FGT^1 , aumentou de 0,63 para 0,65; e a desigualdade entre os pobres, FGT^2 , passou de 0,43 para 0,46.

Passando para análise das famílias de conta-própria, entre 1981 a 1992, cabe as mesmas constatações para as famílias de empregados, porém em dimensões diferentes.

Para as famílias de empregadores, destaca-se em 1981, a proporção inexpressiva de famílias ocupadas no ramo não-agrícola e pluriativo, 0,02 e 0,04 respectivamente. Em 1992, esse número ainda é pequeno, 0,09 para os dois ramos de atividade. Por conseguinte, em 1981 não há pobres nas famílias não-agrícolas, já as famílias pluriativas apresentam 20% das famílias abaixo da linha de pobreza. Porém, a distância dos pobres a linha de pobreza representado pelo FGT^1 , é 0,02 e a desigualdade entre pobres é nula. Em 1992, as medidas FGT^0 , FGT^1 e FGT^2 para as famílias não-agrícolas foi de 0,32; 0,21 e 0,15 e para as famílias pluriativas foi de 0,30; 0,14 e 0,09.

Entre 1992 e 2003, observa-se para as famílias de empregados ocupadas em atividades agrícolas, pequeno aumento da proporção k , que passou de 0,66 para 0,67. Nas medidas FGT^0 , FGT^1 e FGT^2 , verifica-se decréscimo em todas, uma vez que passaram de 0,98, 0,74 e 0,59 para 0,97, 0,61 e 0,43. Nas famílias ocupadas no setor não-agrícola, também houve decréscimo nestas medidas, que passaram de 0,93, 0,60 e 0,43 para 0,90, 0,59 e 0,43. Para as famílias pluriativas, também ocorreram significativas melhoras, com destaque para a desigualdade entre os pobres (FGT^2) que caiu pela metade, tabela 3 em anexo. Tais resultados, demonstram que o número de famílias de empregados pobres na zona rural de Minas Gerais está diminuindo, fato positivo pois esta classe é responsável pela maior parte das famílias pobres.

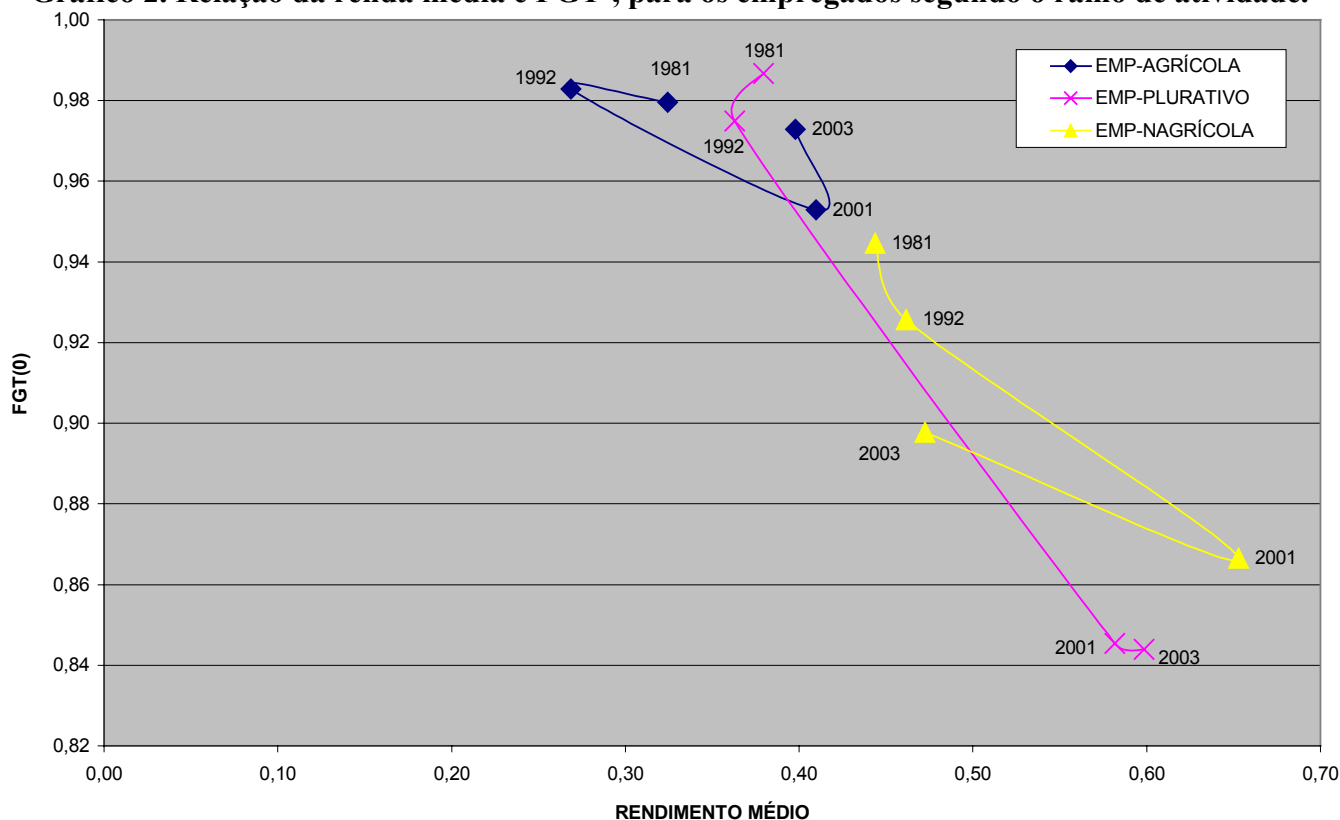
Em relação as famílias de conta-própria, verifica-se também decréscimo do número de famílias pobres. Quanto as famílias de empregadores, houve decréscimo de pobres somente nas famílias ocupadas no ramo agrícola, nas demais houve aumento.

3.5. FGT X Rendimento Médio

Diante da impossibilidade de analisarmos a concentração de renda em cada subgrupo com base no índice de Gini através do método de decomposição de grupos, optou-se por apresentar nesta seção, uma comparação dos rendimentos médios de cada subgrupo com a medida de extensão da pobreza FGT^0 . Tal procedimento permite inferir sobre a concentração de renda das famílias ocupadas no rural mineiro. Para melhor evidenciar as modificações, apresenta-se a seguir três gráficos.

O primeiro gráfico (gráfico 2) caracteriza as famílias de empregados, onde cada linha representa as famílias ocupadas segundo o ramo de atividade. Verifica-se que entre 1981 a 1992 ocorreu uma combinação perversa para as famílias ocupadas no ramo agrícola, na medida que o rendimento médio decresceu e o número de pobres aumentou, indicando que a queda de renda foi nos estratos mais baixos da distribuição da renda da população. Esse aspecto negativo não se sustenta, pois em 2001 observa-se um expressivo aumento no rendimento médio e queda no FGT^0 . Em 2003, o rendimento médio permanece no mesmo patamar porém o número de pobres aumenta, indicando aumento da concentração de renda entre 2001 e 2003. Quanto as famílias pluriativas, entre 1981 a 1992, decresce-se o número de pobres e o rendimento médio, sinalizando uma descontração da renda. Entre 1992 a 2003, constata-se aumento no rendimento médio e queda no FGT^0 , ambos contínuos, denotando que a situação econômica destas famílias melhoraram. Por último, as famílias ocupadas no ramo não-agrícola, apresentaram entre 1981 a 2001 expressivo aumento do rendimento médio e queda na proporção de pobres (FGT^0), porém, em 2003 há uma reversão deste quadro positivo, uma vez que o número de pobres aumenta e o rendimento médio diminui.

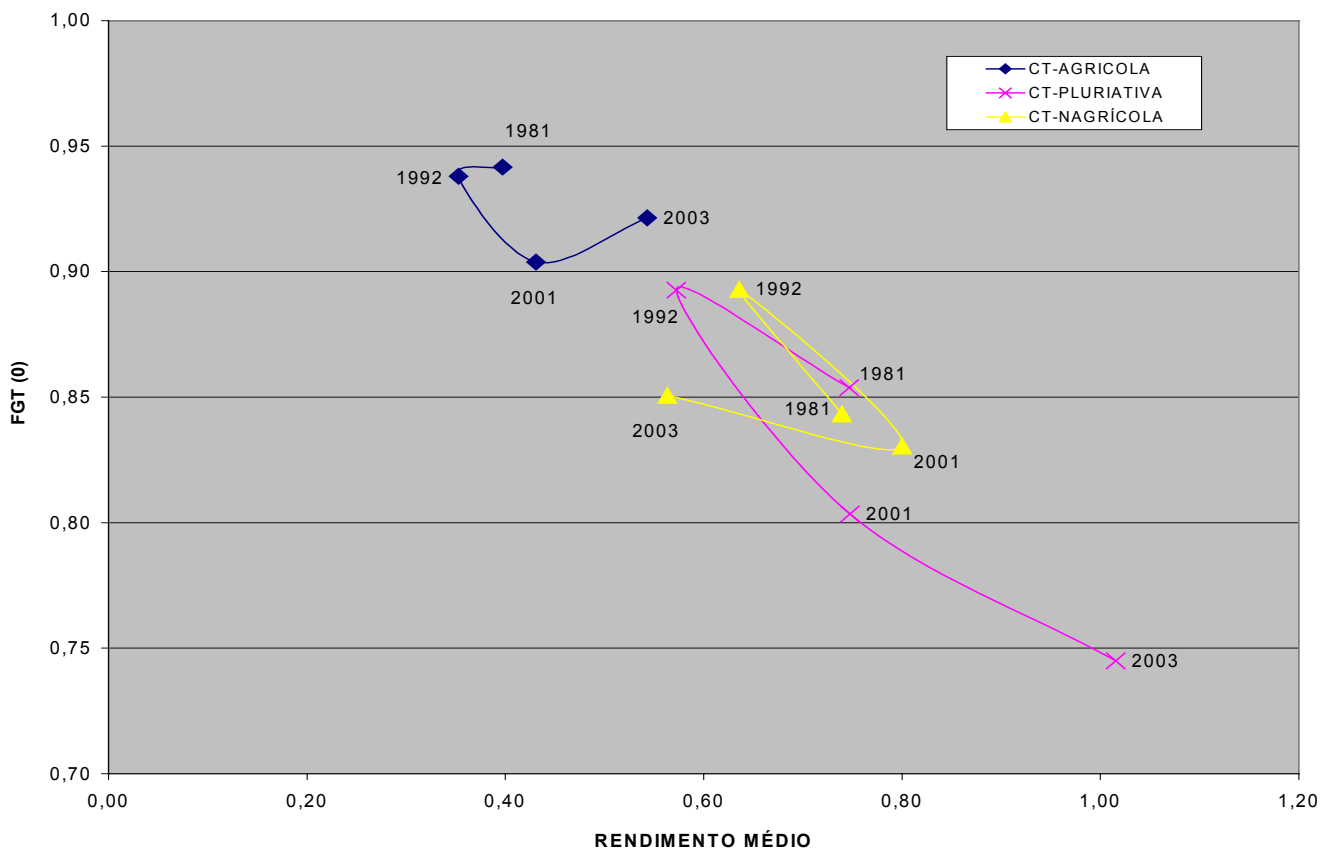
Gráfico 2. Relação da renda média e FGT⁰, para os empregados segundo o ramo de atividade.



Fonte: Elaboração dos autores, a partir dos microdados das PNADs.

Concernente às famílias de conta-própria, destaca-se negativamente as famílias com atividade principal no setor não-agrícola, uma vez que o rendimento médio diminuiu e o número de pobres aumentou, de 1981 a 2003. Entre 1981 a 1992, observa-se queda no rend. médio e acréscimo no número de pobres, sinalizando que os responsáveis pela redução da renda média foram os estratos mais baixos da distribuição da renda, onde podemos concluir que a renda concentrou. Entre 1992 a 2001, há uma reversão positiva uma vez que a proporção de pobres diminuiu e o rendimento médio aumentou. Contudo, este quadro favorável não se sustenta em 2003. Quanto as famílias com atividade principal na agricultura, verifica-se que entre 1981 a 1992, ocorre decréscimo do rend. médio combinado com queda no FGT indicando desconcentração da renda. Em 2001, há também queda no número de pobres porém acontece aumento no rend. médio, proporcionando indícios de que os estratos mais baixos foram responsáveis pela elevação da renda. Neste contexto, depreende-se que a renda foi melhor distribuída. Em 2003, há uma reversão deste quadro, uma vez que ocorreu elevação do rend. médio e do número de pobres.

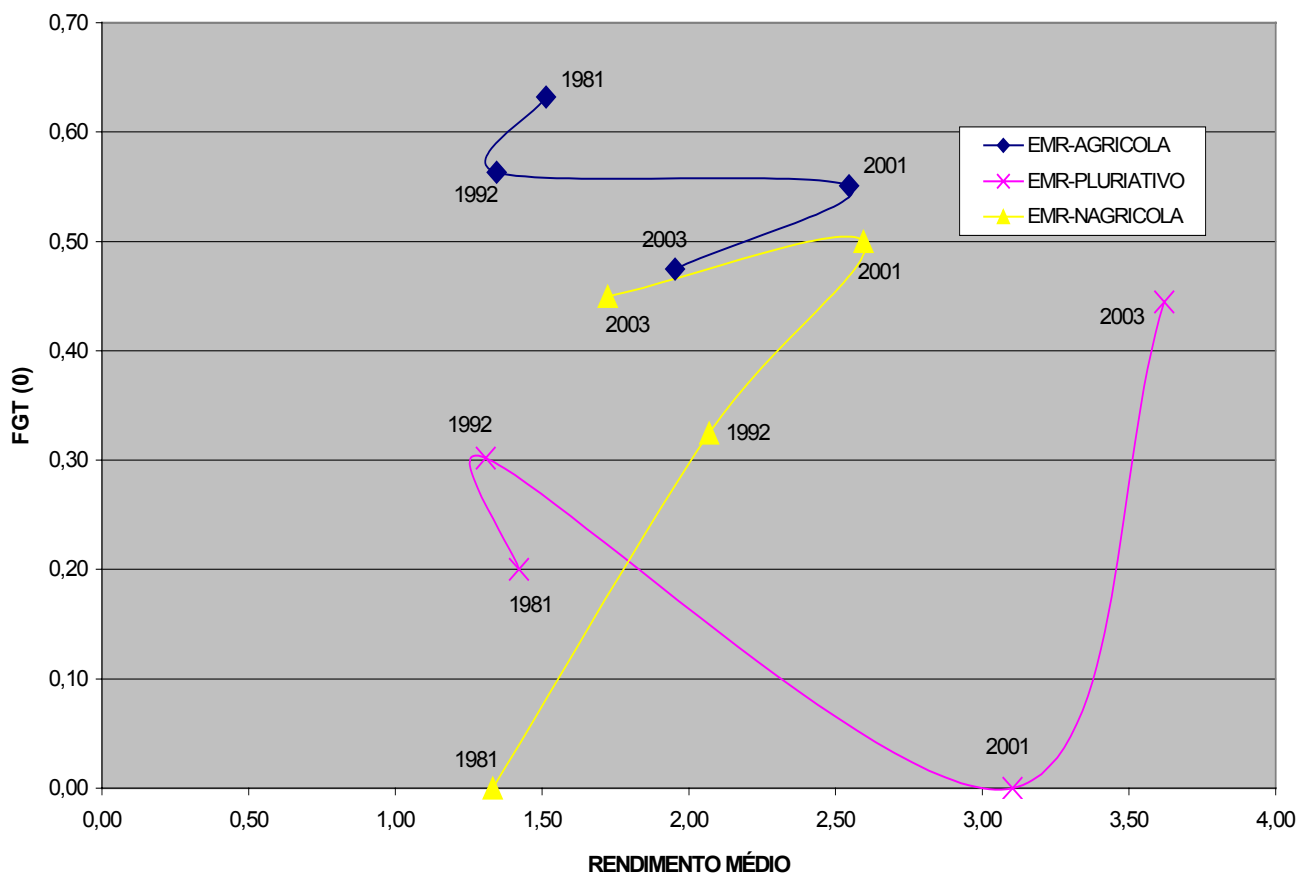
Gráfico 3. Relação da renda média e FGT⁰, para os conta-própria segundo o ramo de atividade.



Fonte: Elaboração dos autores, a partir dos microdados das PNADs.

Por último, analisa-se as famílias de empregadores. Entre 1981 a 1992, as famílias com atividade principal no ramo agrícola apresentaram melhora na distribuição da renda (vide gráfico abaixo). Em 2001, o rendimento dessas famílias eleva-se, mantendo quase a mesma proporção de pobres, indicando que os estratos mais altos da distribuição da renda foram responsáveis pelo referido aumento. Em 2003, o rendimento médio volta a reduzir e o FGT⁰ também, sinalizando desconcentração da renda. Relativo as famílias ocupadas no ramo não agrícola, verifica-se entre 1981 a 2001, aumento contínuo do rendimento médio e da proporção de pobres, indicando forte concentração da renda. Em 2003, há uma reversão deste quadro, onde o rendimento médio e o FGT⁰ diminuem. Por fim, as famílias pluriativas apresentaram entre 1981 a 1992 redução da renda e aumento do número de pobres, indicando que os estratos mais baixos da distribuição da renda foram os responsáveis pelo acréscimo do FGT⁰. Entre 1992 a 2001, verifica-se um aumento brusco do rendimento médio e queda a nível zero da proporção de pobres no ano de 2001. Contudo, este quadro extremamente positivo, reverte-se em 2003 de uma forma não explicada, constituindo agenda de pesquisa.

Gráfico 4. Relação da renda média e FGT⁰, para os empregados segundo o ramo de atividade.



Fonte: Elaboração dos autores, a partir dos microdados das PNADs.

4. Conclusão

Embora a população ocupada na zona rural mineira apresente tendência de queda durante as décadas incorporadas na pesquisa, as famílias pluriativas em todas as posições na ocupação apresentou variação positiva, denotando que o processo de desenvolvimento tecnológico da agricultura, além do crescimento de outros segmentos da economia, como as “novas ocupações”, tem criado novos empregos, garantindo às famílias rurais oportunidades que viabilizem a permanência no campo. Destaca-se também, o crescimento do número das famílias com atividade principal no setor não agrícola entre 1981 e 2003. Para os mesmos anos, observou-se crescimento de 290,28%, 49,82% e 44,98% para as famílias de empregadores, conta-própria e empregados, respectivamente. Para as famílias agrícolas, verificou-se declínio em seu número em todas as posições de ocupação. Esse dados demonstram que a agricultura tem perdido importância quanto à geração de empregos.

Quanto a renda destas famílias, merece destaque o fato do total de rendimentos não-agrícolas não superarem rendimentos agrícolas no caso mineiro, ao contrário do que se verifica para o Brasil. Contudo, percebe-se uma tendência de crescimento das rendas não-agrícolas superior a das agrícolas, +47,40% e -9,16% respectivamente, indicando que Minas Gerais num futuro próximo inverterá as grandezas. Outro aspecto relevante, é a constatação de que a renda média das famílias ocupadas no setor não agrícola, excetuando os empregadores, não ultrapassa R\$ 272,00, em valores constantes de 2003. Neste contexto, podemos concluir, à priori, que as ocupações não-agrícolas do rural mineiro ainda são precárias, uma vez que atividades de alto nível de especialização são responsáveis por maiores salários. No que concerne ao rendimento médio das famílias rurais, são as famílias pluriativas as que possuem melhores remunerações.

Para o período de 1992 a 2003, houve um aumento da renda média e mediana das famílias rurais, 40% e 37,04% respectivamente. Infelizmente, este aspecto positivo foi combinado com aumento da concentração de renda, onde a relação dos 10% mais ricos e 50% mais pobres passou de 12,17 para 14,70. E, o índice de Gini passou de 0,52 para 0,56. Esses dados demonstram, que os principais beneficiados pelo aumento da renda média são as famílias em situação econômica melhor, ou seja os estratos mais altos da distribuição de renda. Fundamenta-se tal assertiva o fato das famílias de empregadores serem responsáveis pela maior variação de renda média, cerca de 41,06% e as famílias de empregados a menor, 29,41%, entre 1981 e 2003.

Conforme resultados (FGT) apresentados, observou-se que o número de famílias de empregados pobres na zona rural de Minas Gerais diminuiu no período analisado (2003/1981), cerca de -1,02%, -4,25%, e -15,15%, para as famílias com atividade principal no ramo agrícola, não-agrícola e pluriativo, respectivamente. Fato positivo pois esta classe é responsável pela maior parte das famílias pobres, onde 94% das 347.588 mil famílias de empregados são consideradas, pelo índice FGT⁰, pobres em 2003.

Diante do exposto neste estudo, conclui-se que as atividades não-agrícolas apresentam-se como uma alternativa efetiva de ocupação para as famílias rurais, principalmente devido ao fato da perda da importância do setor agrícola quanto a geração de empregos, e que as famílias que mesclam as atividades agrícolas e não-agrícolas são responsáveis pelos melhores rendimentos médios

5. Referências Bibliográficas

AMADEO, E., CAMARGO, G., BARROS R. P., MENDONÇA, R. *A natureza e o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro desde de 1980*. Rio de Janeiro: IPEA, 1994.

BARROS, R. P., MENDONÇA, R., *Welfare, inequality, poverty, social indicators and social programmes in Brazil in the 180s*. Rio de Janeiro: IPEA, 1993.

BARROS, R. P., MENDONÇA, R., *Bem-estar, pobreza e desigualdade de renda: uma avaliação da evolução histórica e das disparidades regionais*. Rio de Janeiro: IPEA, 1995.

CORRÊA, A. M. C. J. *Distribuição de renda e pobreza na agricultura brasileira (1981-1990)*. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1998.

FOSTER, J., GREER, J., THORBECKE, E. A class of decomposable poverty measures. *Econometrica*, v. 52, n. 3, p.761-766, 1984.

GRAZIANO DA SILVA, J. *O novo rural brasileiro*. IE/UNICAMP, Campinas. 1999

GRAZIANO DA SILVA, J; DEL GROSSI, E. *O novo rural brasileiro: uma atualização para 1992-98*. IE/Unicamp. 2001 (texto para discussão).

HOFFMAN, R. *Evolução da distribuição de renda no Brasil, entre pessoas e entre famílias, 1979 e 1986*. In: SEDLACEK, G. L., BARROS, R. P. DE (eds). *Mercado de trabalho e distribuição de renda: uma coletânea*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1989.

HOFFMANN, R. *Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza*. São Paulo: Edusp, 1998.
KAGEYAMA, A. *Os rurais e os agrícola de São Paulo no Censo de 200*. IE/UNICAMP. 2003 (texto para discussão).

ROCHA, L.E.V; SANTOS, G. C, BASTOS, P.M.A. *Desigualdade, pobreza e bem estar das pessoas ocupadas na agricultura de Minas Gerais, 1981 a 2003*. In: ANAIS DO XLIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 2005. CD ROM.

ROCHA, S. *Estimação de linhas de indigência e de pobreza: opções metodológicas no Brasil*. In: HENRIQUES, R. (org). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

SCHNEIDER, S. *Rurbanização e pluriatividade: o mercado de trabalho não-agrícola e a pluriatividade das famílias em áreas rurais (um estudo de caso)*. In: CARVALHO, F. M. A.; GOMES, M. F. M.; LIRIO, V.S.(orgs). *Desigualdades sociais: pobreza, desemprego e questão agrária*. Viçosa: UFV, 2003.

SEM, A. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

Apêndice 1:
Tabelas complementares

Tabela A.1. FGT total para as famílias rurais de Minas Gerais, 1981 a 2003.

	1981	1992	2001	2003
FGT (0)	0,93	0,92	0,88	0,88
FGT (1)	0,64	0,64	0,57	0,56
FGT (2)	0,48	0,49	0,41	0,40

Fonte: Elaboração dos autores, a partir dos microdados das PNADs.

Tabela A.2. FGT desagregado para cada subgrupo das famílias do rural mineiro, 1981 a 2003

1981							1992								
EMPREGADOS							EMPREGADOS								
FGI/OCUPAÇÃO	FGI(0)	%	FGI(1)	%	FGI(2)	%	K	FGI/OCUPAÇÃO	FGI(0)	%	FGI(1)	%	FGI(2)	%	K
AGRÍCOLA	0,98	80,28	0,70	81,87	0,53	83,00	0,80	AGRÍCOLA	0,98	66,71	0,74	69,81	0,59	71,81	0,66
NÃOAGRÍCOLA	0,94	11,99	0,61	11,10	0,44	10,60	0,12	NÃOAGRÍCOLA	0,93	21,05	0,60	18,90	0,43	17,68	0,22
HLRATIVO	0,99	7,73	0,63	7,03	0,43	6,40	0,08	HLRATIVO	0,97	12,24	0,65	11,29	0,46	10,51	0,12
FGITOTAL	0,98	100	0,68	100	0,51	100	1,00	FGITOTAL	0,97	100	0,70	100	0,54	100	1,00
CONTRAPROPIA							CONTRAPROPIA								
FGI/OCUPAÇÃO	FGI(0)	%	FGI(1)	%	FGI(2)	%	K	FGI/OCUPAÇÃO	FGI(0)	%	FGI(1)	%	FGI(2)	%	K
AGRÍCOLA	0,94	80,25	0,65	81,88	0,49	82,96	0,79	AGRÍCOLA	0,94	66,45	0,69	69,38	0,54	71,70	0,64
NÃOAGRÍCOLA	0,84	6,59	0,53	6,15	0,38	5,85	0,07	NÃOAGRÍCOLA	0,89	18,99	0,55	16,97	0,39	15,80	0,20
HLRATIVO	0,85	13,16	0,53	11,97	0,37	11,20	0,14	HLRATIVO	0,89	15,56	0,54	13,65	0,38	12,50	0,16
FGITOTAL	0,92	100	0,63	100	0,47	100	1,00	FGITOTAL	0,92	100	0,64	100	0,48	100	1,00
EMPREGADOR							EMPREGADOR								
FGI/OCUPAÇÃO	FGI(0)	%	FGI(1)	%	FGI(2)	%	K	FGI/OCUPAÇÃO	FGI(0)	%	FGI(1)	%	FGI(2)	%	K
AGRÍCOLA	0,63	98,75	0,34	99,75	0,22	99,96	0,94	AGRÍCOLA	0,56	89,05	0,27	87,56	0,17	86,40	0,82
NÃOAGRÍCOLA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	NÃOAGRÍCOLA	0,32	5,94	0,21	7,69	0,15	8,57	0,09
HLRATIVO	0,20	1,25	0,02	0,25	0,00	0,04	0,04	HLRATIVO	0,30	5,00	0,14	4,75	0,09	5,04	0,09
FGITOTAL	0,60	100	0,32	100	0,20	100	1,00	FGITOTAL	0,52	100	0,26	100	0,16	100	1,00
2001							2003								
EMPREGADOS							EMPREGADOS								
FGI/OCUPAÇÃO	FGI(0)	%	FGI(1)	%	FGI(2)	%	K	FGI/OCUPAÇÃO	FGI(0)	%	FGI(1)	%	FGI(2)	%	K
AGRÍCOLA	0,95	71,78	0,61	72,72	0,43	73,48	0,70	AGRÍCOLA	0,97	68,97	0,61	69,39	0,43	69,64	0,67
NÃOAGRÍCOLA	0,87	17,94	0,54	17,73	0,38	17,61	0,19	NÃOAGRÍCOLA	0,90	20,96	0,59	21,98	0,43	22,89	0,22
HLRATIVO	0,85	10,28	0,49	9,55	0,33	8,92	0,11	HLRATIVO	0,84	10,07	0,45	8,64	0,28	7,47	0,11
FGITOTAL	0,92	100	0,58	100	0,41	100	1,00	FGITOTAL	0,94	100	0,59	100	0,42	100	1,00
CONTRAPROPIA							CONTRAPROPIA								
FGI/OCUPAÇÃO	FGI(0)	%	FGI(1)	%	FGI(2)	%	K	FGI/OCUPAÇÃO	FGI(0)	%	FGI(1)	%	FGI(2)	%	K
AGRÍCOLA	0,90	74,00	0,65	78,59	0,51	81,41	0,72	AGRÍCOLA	0,92	69,10	0,63	71,61	0,47	73,58	0,66
NÃOAGRÍCOLA	0,83	11,04	0,47	9,32	0,32	8,32	0,12	NÃOAGRÍCOLA	0,85	13,44	0,55	13,33	0,39	12,84	0,14
HLRATIVO	0,80	14,96	0,44	12,08	0,28	10,27	0,16	HLRATIVO	0,74	17,45	0,42	15,06	0,28	13,58	0,21
FGITOTAL	0,88	100	0,59	100	0,45	100	1,00	FGITOTAL	0,88	100	0,57	100	0,42	100	1,00
EMPREGADOR							EMPREGADOR								
FGI/OCUPAÇÃO	FGI(0)	%	FGI(1)	%	FGI(2)	%	K	FGI/OCUPAÇÃO	FGI(0)	%	FGI(1)	%	FGI(2)	%	K
AGRÍCOLA	0,55	97,44	0,25	96,98	0,15	97,31	0,95	AGRÍCOLA	0,47	80,00	0,30	86,44	0,21	90,35	0,79
NÃOAGRÍCOLA	0,50	2,56	0,26	3,02	0,14	2,09	0,03	NÃOAGRÍCOLA	0,45	8,57	0,23	7,52	0,14	6,59	0,09
HLRATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,03	HLRATIVO	0,44	11,43	0,14	6,04	0,05	3,05	0,12
FGITOTAL	0,53	100	0,24	100	0,14	100	1,00	FGITOTAL	0,47	100	0,27	100	0,19	100	1,00

Fonte: Elaboração dos autores, a partir dos microdados das PNADs.

Tabela A.3. Número de Ocupados na área rural do Estado de Minas Gerais, 1981.

OCUPAÇÕES	VALOR BRUTO	VALOR %
AGRICULTOR	37.772	3,15
CRIADOR BOVINO	21.163	1,76
ADM AGROPEC	5.323	0,44
PROF 1 A 4 SERIE	16.156	1,35
PROD AGROP AUT	333.365	27,79
TRATORISTA AGRIC	16.289	1,36
OUTR TRAB AGROP	619.573	51,65
ALFAIATES COSTUR	10.440	0,87
BORDADEIRAS CERZ	8.077	0,67
CARPINTEIRO	6.625	0,55
PEDREIROS	6.292	0,52
SERV PEDREIRO	9.007	0,75
OLEIROS	7.272	0,61
COMERC C PROPRIA	8.889	0,74
VENDEDORES	7.471	0,62
MOTORISTAS	9.432	0,79
EMPREG DOMESTICO	38.554	3,21
LAVADEIRA PASSAD	8.072	0,67
SERVENTES	5.929	0,49
TRABALHAD BRACAL	18.215	1,52
OUT OCUP MAL DEF	5.733	0,48
TOTAL	1.199.649	94,28

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos microdados das PNADs.

Tabela A.4. Número de Ocupados na área rural do Estado de Minas Gerais, 1992.

OCUPAÇÕES	VALOR BRUTO	VALOR %
EMPREGADO AGRÍCOLA	18.037	1,53
EMPREGADOR AGRÍCOLA	34.488	2,93
DIRIGENTE AGRICULTURA	5.389	0,46
PROFES. PRIM GRAU INICIAL	21.553	1,83
AGRICULTOR CONTA PRÓPRIA	350.446	29,74
OPERADOR AGRÍCOLA	15.342	1,30
TRABALHADOR RURAL	451.386	38,31
TRAB. RURAL - LENHA	9.699	0,82
TRAB. RURAL - CARVÃO	7.546	0,64
GARIMPEIRO	6.466	0,55
COSTUREIRO ALFAIATE	9.386	0,80
BORDADEIRA	13.158	1,12
CARPINTEIRO	6.948	0,59
PEDREIRO	20.193	1,71
AJUDANTE PEDREIRO	12.221	1,04
ALAMBIQUEIRO ETC	5.390	0,46
FORNEIRO EM OLARIA	10.751	0,91
SERVIÇOS CONTA PRÓPRIA	23.341	1,98
BALCONISTAS ATENDENTES	10.349	0,88
AMBULANTE - OUTROS	6.323	0,54
MOTORISTA	15.204	1,29
DIARISTA DOMÉSTICA	5.018	0,43
LAVADEIRA DOMÉSTICA	5.643	0,48
SERVIÇOS DOMESTICOS	44.441	3,77
COZINHEIRO (NÃO DOMÉST)	7.487	0,64
COPEIRO BALCONISTA	6.353	0,54
PASSADEIRA (NÃO DOMÉST)	7.203	0,61
GUARDA - VIGIA	7.743	0,66
SERVENTE FAXINEIRO	18.717	1,59
AJUDANTE DIVERSOS	15.908	1,35
DIVERSOS	6.069	0,52
TOTAL	1.178.198	90,03

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos microdados das PNADs.

Tabela A.5. Número de Ocupados na área rural do Estado de Minas Gerais, 2001.

OCUPAÇÕES	Valor Bruto	Valor (%)
AGRICULTOR - EMPREGADOR	22.066	3,17
PECUARISTA - NA CRIAÇÃO DE GADO BOVINO – EMPREGADOR	26.947	3,88
AJUDANTE, AUXILIAR DE AMBULATORIO	4.525	0,65
ADJUNTO - NO ENSINO PRIMARIO	11.878	1,71
AGRICOLA - EXCLUSIVE CONTA PROPRIA E EMPREGADOR	441.700	63,52
CARVOEIRO - NA FABRICAÇÃO DE CARVÃO VEGETAL	7.923	1,14
TRINCADEIRA - NA INDUSTRIA DO VESTUARIO	7.353	1,06
ACASEADEIRA	6.583	0,95
ABARCADOR - NA FABRICAÇÃO DE SANDALIAS	3.961	0,57
AJUDANTE, AUXILIAR DE CARPINTEIRO	7.355	1,06
ACABADOR DE SUPERFICIES DE CIMENTO	14.094	2,03
AJUDANTE, AUXILIAR DE OBRAS	10.289	1,48
AJUDANTE, AUXILIAR DE PRODUÇÃO - NA INDUSTRIA DE LATICINIOS	3.394	0,49
AJUDANTE, AUXILIAR DE OLEIRO	3.962	0,57
AÇOUGUEIRO - CONTA PROPRIA	7.506	1,08
AÇOUGUEIRO - EXCLUSIVE CONTA PROPRIA E EMPREGADOR	5.812	0,84
AMBULANTE - NO COMERCIO DE PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS	2.829	0,41
CARRETEIRO - MOTORISTA DE CAMINHÃO, CARRETA	10.545	1,52
ACOMPANHANTE - NO SERVIÇO DOMESTICO	3.957	0,57
DIARISTA - NO SERVIÇO DOMESTICO	10.182	1,46
AJUDANTE, AUXILIAR DE CASEIRO	48.031	6,91
AJUDANTE, AUXILIAR DE COPA	9.412	1,35
AJUDANTE, AUXILIAR DE BAR	6.223	0,89
ENCARREGADO DE FAXINA - EXCLUSIVE NO SERVIÇO DOMESTICO	8.281	1,19
ABALIZADOR - EXCLUSIVE AGRICOLA	10.539	1,52
Total	695.347	66,73

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos microdados das PNADs.